

EUA querem pressa na redução da dívida

Washington — Depois da aprovação do Plano Brady por parte dos 151 países-membros do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, o governo dos Estados Unidos espera que sejam colocados em prática rapidamente os esquemas de redução da dívida do Terceiro Mundo.

A iniciativa lançada pelo secretário do Tesouro Nicholas Brady para reduzir em uma média de 20% as dívidas dos 39 países mais endividados recebeu o apoio do comitê de Governadores do FMI e do Banco Mundial, que concluiu, na noite de terça-feira, cinco dias de trabalhos em Washington.

A decisão foi aplaudida pelos representantes da América Latina e classificada como “um ponto de mudança crítico” pelo ministro de Finanças do Zimbábue, Bernard Chidzero, presidente do comitê de Desenvolvimento que tem por missão orientar as transferências de recursos para os países em desenvolvimento.

O Plano Brady colocou pela primeira vez os EUA e os países da América Latina do mesmo lado na corda, e a nova relação de forças abriu uma janela de oportunidade que, segundo o presidente do Banco Mundial, Barber Conable, poderá permitir “deixar para trás os piores aspectos da crise da dívida”.

Força tarefa

Brady espera agora concretizar “um ou dois casos significativos” que o

presidente George Bush pode levar como “carta de triunfo” à próxima cúpula de países industrializados que será realizada em Paris, em 14 de julho.

Tanto Conable, como o diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, disseram que os dois institutos começaram a se preparar para as operações de redução da dívida e estarão prontos em um breve período para apoiá-las.

Conable disse que “nessa semana mesmo” se reunirá “uma força tarefa” conjunta FMI-Bird, que foi criada antes da reunião com o objetivo de “acelerar” a implementação do Plano Brady, e anunciou que, no curso de um mês submeterá ao diretório executivo do Banco Mundial uma análise detalhada das diferentes opções.

Entre as opções de maior impacto figuram: 1) comprar parte das dívidas dos bancos, com um alto desconto que seria indicado pelo mercado secundário, onde atualmente as dívidas da América Latina são cotadas a menos de 40 centavos por dólar; b) trocar parte das dívidas por bônus de igual valor, mas que ganhariam juros muito menores.

O incentivo para os bancos em ambos os casos seria que o pagamento dos juros, tanto sobre a porção das dívidas que retenham em seus livros, como sobre os bônus, seria garantido através de mecanismos apoiados pelo FMI e pelo Bird.